

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PERSPECTIVA DE GÊNERO¹

TEMIS GOMES PARENTE*

RESUMO

Este artigo propõe-se a trazer para o debate os discursos desenvolvimentistas difundidos por grandes projetos no estado do Tocantins enfocando, no caso, como foram interpretados e vivenciados pela população diretamente impactada pela formação do reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães no Estado do Tocantins. A análise privilegiará as relações de gênero nas falas dos(as) impactados(as), particularmente das mulheres, e na documentação oficial, que legitima esses papéis ao estabelecer os valores indenizatórios no momento da saída compulsória de cada trabalhador(a) que vivia às margens do rio Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento regional, gênero, impacto social.

ABSTRACT

This article aims to bring forth the debate on the development discourse presented by large projects in the State of Tocantins, particularly, as they were interpreted and experienced by the population directly impacted by the creation of the reservoir in Usina Luís Eduardo Magalhães, in that State. The analysis will privilege gender relations in the speech of the affected persons, particularly those of women, and in the official documentation that validates their roles in setting indemnification values at the time of the mandatory removal of each worker living on the banks of the Tocantins River.

KEYWORDS: Regional development, gender, social impact.

Introdução

Desde a sua criação pela Constituição Federal, em 1988, o Estado do Tocantins vem sofrendo rápidas transformações com o desenvolvimento de projetos de grande porte, como a hidrovía Araguaia–Tocantins, a ferrovia Norte–Sul e, principalmente, empreendimentos no setor energético, como a construção de várias hidrelétricas ao longo do rio Tocantins.²

Este artigo se propõe a trazer para o debate os discursos desenvolvimentistas difundidos por esses grandes projetos, enfocando, no caso, como foram interpretados e vivenciados pela população diretamente impactada pela formação do reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães, no Estado do Tocantins. A análise privilegiará as relações de gênero³ nas falas dos impactados, particularmente nas das mulheres, e na documentação oficial, que legitima esses papéis ao estabelecer os valores indenizatórios no momento da saída compulsória de cada trabalhadora que vivia às margens do rio Tocantins.

Uma pergunta se faz necessária: por que pesquisar o desenvolvimento regional na perspectiva das relações de gênero? A resposta é clara: as mulheres⁴ foram as que mais sofreram com o processo de desenraizamento, ou seja, com a saída compulsória para a construção da hidrelétrica. Além de terem perdido o seu referencial material, o seu “lugar de memória”, elas também tiveram os laços de amizade desfeitos, não podendo mais desfrutar da longa convivência estabelecida com os antigos vizinhos, com as comadres, os afilhados.

Outro objetivo deste trabalho: reconstruir, por meio do discurso dessas mulheres, seu universo de trabalho. Mesmo cientes de desenvolver atividades idênticas às dos maridos/companheiros na lavoura, nos sítios, nas chácaras, elas rotulam seu trabalho de “ajuda”. Isso foi determinante por ocasião das negociações indenizatórias com os órgãos responsáveis pela construção da usina: elas não se viam como trabalhadoras e, portanto, não participaram dos trâmites.

A construção de barragens: os prós e os contras

Vários estudos – entre eles o de Silva Júnior⁵ – apontam que a construção de barragens de grande porte destinadas à geração de energia hidrelétrica tem sido a estratégia adotada pelo Brasil para o atendimento da crescente demanda por energia requerida pelos processos de crescimento industrial e de urbanização. Intensificados a partir da segunda metade do século passado, esses empreendimentos têm prioridade absoluta nos sucessivos planos de desenvolvimento elaborados para o país.

Dentre as vantagens atribuídas à geração de energia hidrelétrica em relação a outras fontes de energia, destacam-se a renovabilidade, a baixa emissão de poluentes, a disponibilidade para a produção em escala e a potencialidade para o desenvolvimento local e regional. Além, é claro, de outros benefícios acessórios decorrentes do represamento necessário à geração das usinas, como a regularização de enchentes e as oportunidades de múltiplos usos do reservatório (a irrigação agrícola, a fruticultura, a navegação, o abastecimento público, o turismo, o lazer).

Não se pode, contudo, deixar de elencar as desvantagens causadas pelos reservatórios artificiais das grandes hidrelétricas: impactam significativamente no meio ambiente; provocam alterações no regime hidrológico; deterioram a qualidade da água e reduzem a biodiversidade. Provocam, ainda, efeitos sociais e econômicos altamente desfavoráveis à população afetada.

A inundação de largas faixas de terra pelo reservatório de uma grande hidrelétrica modifica, invariavelmente, a configuração ambiental e socioeconômica do território afetado. Em face disso, alteram-se os ecossistemas na base fundiária, o sistema produtivo e a organização social existente. Essas repercussões negativas podem alcançar os meios de subsistência, o modo de vida, as relações socialmente construídas ao longo do tempo, os elementos culturais e o próprio sentimento das pessoas e famílias diretamente atingidas. Essa situação é especialmente danosa para aqueles que possuem uma maior interação com o meio natural, como as comunidades tradicionais ribeirinhas e indígenas. Esse cenário descrito por Silva Júnior

(2005) foi identificado durante a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães e a consequente formação do reservatório.

A Usina Luís Eduardo Magalhães

A Usina Luís Eduardo Magalhães/Lajeado foi construída por um consórcio de várias empresas nos municípios de Miracema e Lajeado, a 120 km de Porto Nacional. Considerada um dos mais arrojados projetos hidrelétricos do país, a usina foi edificada em um tempo recorde – apenas 39 meses –, tornando-se num marco do setor elétrico por ser o maior empreendimento de geração realizado pela iniciativa privada no Brasil.

O reservatório formado com a construção da usina tem uma extensão de 170 km, abrangendo uma área total de 630 km² que atinge os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho do Nazaré, Ipueiras e Aliança do Tocantins. Esses municípios receberam uma compensação financeira compatível com o tamanho da área ocupada pelo lago.

Cabe registrar que a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães foi antecipada e anunciada à população pela imprensa como o mais novo e maior projeto de desenvolvimento:

O início das operações da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado, e a construção de mais três usinas hidrelétricas no Estado vão garantir a atração de investidores para o Tocantins em 2002, além de oferecer a energia necessária para a promoção do desenvolvimento dos setores agropecuário, do comércio e serviços e, principalmente, da indústria. A expectativa do Governo e do meio empresarial é atrair grandes potências da economia para o Estado, colaborando também para a geração de emprego e renda (*Jornal do Tocantins*, 31 dez. 2001, p. 7).

Essa citação serve para ilustrar o que afirmam Carvalho & Medeiros:⁶ os discursos sobre os projetos hidrelétricos, tachando-os de signos de modernização, desenvolvimento e até mesmo da criação de um ambiente “melhor”, surgem paralelamente às obras. Foi o que ocorreu na mídia no Estado do Tocantins quando se iniciou a construção da hidrelétrica. Várias reportagens passaram a enfatizar que, a

partir de então, o estado viveria em ritmo acelerado de desenvolvimento, com o crescimento em todos os setores da economia e a geração de empregos permanentes – uma das grandes necessidades, dado o elevado número de desempregados no Brasil. Essa era a expectativa, em especial daqueles que seriam diretamente impactados pela construção da usina. Os impactos sociais causados pela construção da usina

Quando se abordam os impactos sociais, o processo de deslocamento compulsório é definido, sobretudo, pela sua natureza dramática, pelas aceleradas e traumáticas mudanças socioculturais e pela imposição de limites à capacidade de respostas dos deslocados às imposições da obra e das agências governamentais responsáveis.⁷ Esses fatos ocorreram durante a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães/Lajeado, em 1999: os povoados e cidades que ficavam às margens do rio Tocantins desapareceram, fazendo com que comunidades inteiras fossem desapropriadas e levadas para outras localidades. Isso estava previsto no Programa de Remanejamento da População Rural, que implantou reassentamentos coletivos para 363 famílias nos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Ipueiras e Brejinho de Nazaré, como se pode ver no quadro a seguir:

Reassentamentos	Município	Nº de Famílias
Boa Sorte	Brejinho de Nazaré	25
Canto da Serra	Lajeado	04
Projeto 2000	Ipueiras	04
Mundo Novo	Miracema do Tocantins	18
Brejo Alegre	Porto Nacional	10
Córrego Prata	Porto Nacional	91
Flor da Serra	Porto Nacional	49
Luzimangues	Porto Nacional	82
Mariana	Porto Nacional	14
Oleicultores	Porto Nacional	07

Pinheirópolis Rural	Porto Nacional	10
São Francisco de Assis	Porto Nacional	44
Total		363

Fonte: Relatório de Impacto Ambiental: avaliação de impactos.⁸

A história oral como metodologia de pesquisa

As pesquisas desenvolvidas para este artigo foram realizadas nos reassentamentos Pinheirópolis Rural e Córrego Prata, ambos localizados no município de Porto Nacional, o mais impactado e, conseqüentemente, o que concentra o maior número de reassentamentos. Optou-se por adotar como metodologia a história oral, uma vez que esta expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e o papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos:⁹ guerras, revoluções, greves, inundações, terremotos.¹⁰

A história oral, neste caso, é relevante por trazer para o debate visões e vivências de pessoas que ainda não foram reconhecidas como protagonistas da esfera pública, no que se refere ao evento e aos impactos causados pela formação do reservatório. Trata-se, portanto, de uma forma de apresentar vozes ocultas que podem revelar o outro lado do discurso.¹¹ Além do mais, a compreensão do evento após dez anos (o reservatório se formou em 2002) implicou certo afastamento emocional, razão pela qual os testemunhos atuais trazem justamente as recordações mais significativas do drama vivido.

A metodologia da história oral tornou-se uma opção válida a partir da segunda metade do século XX, quando acontecimentos como a emergência da subjetividade feminina e de grupos socialmente segregados convocam pesquisadores e, de forma particular, historiadores a tentarem perceber analiticamente discursos que configuram outro lugar na construção da história. É o caso da construção da história das mulheres impactadas pela Usina Luís Eduardo Magalhães.

Segundo Ferreira & Grossi,¹² as lembranças valem pelo que dizem e pelo que criam; produzem vínculos identitários e perfilam o fazer-se sujeito, através das próprias palavras que vão inaugurando os relatos. É por intermédio das

entrevistas que as narrativas das mulheres dos reassentamentos¹³ são permeadas pela saudade de um espaço que já não existe mais e, ainda, ganham contornos de gênero, não somente por serem lembradas por mulheres, mas principalmente por se reportarem a lugares e tempos que, costumeiramente, são definidos, nas relações, como próprios de mulheres.

Essas mulheres não tinham informações a respeito dos impactos que sofreriam com a construção da hidrelétrica, o que gerou a falta de organização e participação em movimentos sociais, existentes em outros estados. O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, só veio a ser criado no Tocantins depois que as primeiras famílias foram reassentadas, devido aos impasses no pagamento e na forma das indenizações. Ou seja, os acordos entre as famílias realocadas já tinham sido fechados. Assim, como inicialmente não tiveram representação e foram excluídas das mesas de negociação e das instâncias decisórias, não tiveram poder de voz e de ação.

Em face dessa exclusão, ficaram para trás suas terras, suas plantações, suas formas tradicionais de viver, suas lembranças, seus sentimentos de perda – muitas vezes adormecidos até que começaram a falar. Esse foi o caso de muitas das entrevistadas, cujas falas expuseram o custo social a que se viram obrigadas a arcar com a construção da usina, suas dores e seus sacrifícios. Reviveram, assim, as histórias e tradições perdidas e também daqueles que já haviam partido. Segundo Ecléa Bosi¹⁴, não há evocação sem uma inteligência do presente; uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa estar presente para que a lembrança não seja apenas uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

Durante as entrevistas, as mulheres garimpam na memória sua vida antes da formação do reservatório e as mudanças decorrentes. Elas recordam e organizam essas lembranças, principalmente as suas labutas nas roças, nos quintais e no ambiente doméstico. Ao mesmo tempo, as falas das mulheres deixam claro o que a construção da usina representou para elas, sobretudo na questão do desenvolvimento, no que se refere aos papéis que lhes são atribuídos (cuidar da casa, do marido/companheiro, da educação das crianças). Se, por exemplo, a vida escolar de seus filhos melhorou, houve para elas

desenvolvimento. É o que se pode perceber nas entrevistas com as mulheres do reassentamento Córrego Prata. Para elas, a proximidade da escola para seus filhos é melhoria. Quando se pergunta quais foram as diferenças entre a antiga moradia e a atual, a resposta é unânime: reclamam do abastecimento de água. Antes, as suas labutas diárias eram diretamente com o rio: lavar roupa, abastecer a casa com água, molhar a horta, divertir-se com os filhos e o marido/companheiro nas pescarias; agora, nos reassentamentos, todas dependem dos poços artesianos e nem todas as famílias têm o suficiente para as suas atividades domésticas.

Na análise das falas das entrevistadas,¹⁵ ficam evidentes as delimitações de diferentes papéis entre os membros familiares e, particularmente, as representações do lugar ocupado por essas mulheres presentes nas suas narrativas. Em suas narrativas, percebem-se a construção e a reprodução desses papéis vividos e/ou representados por elas. Mesmo que as dificuldades sejam maiores que na antiga moradia, no que diz respeito ao abastecimento de água, elas ainda acham que a situação melhorou em razão das condições que envolvem os cuidados dos filhos, da família. É o que podemos perceber na fala da entrevistada, quando perguntamos o que melhorou na sua vida depois de reassentada:

Melhorou em parte, porque na época que eu morava lá, os meninos não estudava porque ficava muito longe da escola, tinha o coletivo, eu como mãe não confiava de jogar meus filhos dentro de um ônibus. Aqui não, a escola é bem pertinho de casa, faz medo nenhum, as vezes quando demora eu vou a trás então, pra mim não foi difícil não, ta bom, ta muito bom, melhorou nesta parte. Está mais próximo dos filhos, ta mais junto...¹⁶

Desse modo, pode-se pensar os papéis de gênero representados pelas mulheres dos reassentamentos como comportamentos e atitudes socialmente esperados dos membros de uma sociedade, diferenciados por sexo. Falar de papéis de gênero envolve padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para seus componentes. Eles definem comportamentos e formas para que as pessoas se relacionem. O aprendizado de papéis leva ao conhecimento e à internalização de modelos daquilo que se considera adequado, ou não, para um homem ou para uma mulher em uma dada sociedade.

Os papéis de gênero expressos nos documentos

Os papéis de gênero não ficam somente nas falas das mulheres, são legitimados ao serem colocados em prática por intermédio dos órgãos oficiais. Em documento elaborado pela empresa Investco, com a consultoria da Themag Engenharia Ltda., em abril de 1998, em que se analisam os impactos que a construção da usina causaria – para definir o valor das indenizações para cada impactado –, fica claro o lugar das mulheres:

Fica estabelecido que o homem em perfeitas condições de saúde e na faixa etária entre dezesseis e sessenta anos equivale a uma Força de Trabalho. Uma mulher nas mesmas condições equivale a 0,8, uma vez que parte do seu tempo é destinada à atividade doméstica. Acima de 60 anos a Força de Trabalho de um homem é equivalente a 0,50 e de uma mulher a 0,25 Força de Trabalho.¹⁷

Nesse documento, ficam legitimadas as desigualdades de gênero quando estas estão ligadas à tendência de identificar as mulheres com a casa, e os homens com a produção. Essa posição é referendada nas estruturas sociais: as mulheres são vinculadas à arena privada da casa e às relações pessoais; os homens, à arena pública do comércio, da produção e da política.

Na raiz dessa situação podem-se identificar os aspectos culturais que naturalizaram e transferiram as diferenças biológicas para o campo social, construindo, assim, as condições de desigualdades vividas pelas mulheres. Trata-se de uma construção que se consolida no cotidiano, quando a elas são conferidas certas qualidades como atributos próprios para cumprir papéis sociais específicos e diferenciados – “próprios de mulheres”. Estes se reproduzem socialmente por intermédio da educação tanto formal como informal de cunho sexista.¹⁸

A nota de repúdio

Um ano após a assinatura desse documento, em dezembro de 1999, houve um encontro em Palmas para comemorar o Dia Internacional dos

Direitos Humanos, com a participação de vários movimentos populares, entre eles a Pastoral da Mulher Marginalizada. Na ocasião foi divulgada uma nota de repúdio à discriminação manifestada pela Investco e pela Themag contra as mulheres atingidas pela barragem Lajeado:

[...] somos nós que trabalhamos em casa e na roça também. Trabalhamos até mais do que o homem, pois além de trabalhar em casa cozinhando, limpando, cuidando dos filhos e fazendo a “marmitta do marido” para ele ter “força no trabalho”, nós também vamos trabalhar na roça, na horta, cuidar das galinhas, dos porcos, tirar leite da vaca e cuidar do jardim. O nosso trabalho nunca termina, e nossos maridos, depois que terminam o trabalho na roça, vão para casa dormir. Nós ainda vamos fazer a janta, limpar a casa, colocar as crianças para dormir, por isso não aceitamos essa discriminação.¹⁹

O que se pode perceber nesse manifesto é, como argumentam os movimentos organizados de mulheres,²⁰ a inclusão das atividades nas roças, junto com os maridos/companheiros, não mais como “ajuda”, mas sim como força de trabalho.

O teor das falas das mulheres entrevistadas

Convém salientar que o argumento usado na nota de repúdio não aparece nas falas das mulheres entrevistadas neste trabalho. O enfoque de gênero através das suas memórias circunscreve-se ao esforço sistemático de documentar e compreender os papéis de homens e mulheres, dentro de contextos específicos, bem como as relações recíprocas entre tais papéis e a dinâmica social desses contextos.

Em todas as entrevistas, as mulheres – e também alguns homens – reclamam das dificuldades que enfrentam nos novos lugares de moradia, dos conflitos que se constituíram pelos impactos sociais e ambientais criados pela ação humana. Advêm daí como elementos centrais a súbita mudança de vida, a perda dos meios tradicionais de subsistência, a expropriação das terras e das benfeitorias existentes na área diretamente afetada pela usina e a alteração dos costumes e hábitos.²¹

No que diz respeito aos aspectos físicos, a questão da água, como já foi abordado, é uma das maiores reclamações das mulheres, pois na maioria das culturas administrar esse recurso é uma tarefa eminentemente feminina. Daí, abundante e em ótima qualidade, ameniza o seu trabalho; escassa ou contaminada, acarreta consequências sérias tanto para elas como para seus familiares. A falta de água foi e ainda é um dos graves problemas enfrentados pelas famílias nos reassentamentos. Quando se perguntou a uma reassentada que passa o dia inteiro na roça trabalhando com o marido sobre o que ambos falam, já que ficam juntos o dia todo, ela respondeu:

A gente faz planos para o futuro, a gente planeja. Assim quando tiver tudo irrigado e a gente tiver colhendo, vendendo, exportando. A gente conversa sobre isso; o foco da conversa é a água. A gente conversa mais sobre a irrigação lá na roça, [pois] a gente vê tudo seco aí, a gente fala: já pensou se tivesse água? Estava molhando nossos pés e colhendo, estava recolhendo e molhando... É isso que a gente conversa.²²

Como se vê, o assunto gira sempre em torno da água e das dificuldades de abastecimento através dos poços artesianos feitos pelas empresas responsáveis no momento em que as famílias foram transferidas para as novas moradias.

A irrigação a que toda a população do reassentamento se refere é parte do projeto São João, destinado à fruticultura,²³ que está em processo de implantação há dez anos (desde quando as famílias foram transferidas para aquele local) e se propõe a beneficiar todos os lotes do reassentamento Córrego Prata.

As mulheres também se queixam da utilização do solo, uma vez que quase todos os reassentados têm como única fonte de renda o cultivo de hortaliças e a criação de animais domésticos que vendem nas feiras de Palmas, a capital do estado. As reclamações se concentram no fato de que as áreas selecionadas para reassentar essas famílias, além de serem pequenas para a agricultura (4 hectares), apresentam um solo pobre em decorrência da intensiva formação de pastos para a pecuária. Isso provocou a emergência da insegurança alimentar, uma vez que a pequena extensão de terra, associada ao

desconhecimento do novo local e à ausência de águas, dificulta o cultivo dos alimentos básicos.

Nas falas dessas mulheres, nota-se ainda o ressentimento por não disporem da flora existente nos antigos lugares. Lembram-se principalmente das frutas nativas do Cerrado, como o caju, o pequi, o murici, que elas vendiam nas cidades e assim garantiam renda para a manutenção de suas famílias.

A divisão de trabalho nas falas das mulheres

O mais interessante, entretanto, é que pelas entrevistas parece haver uma clara divisão de trabalho entre homens e mulheres. Quando, porém, se pergunta quais atividades elas fazem nas plantações, percebe-se que elas executam o mesmo trabalho dos homens, extrapolando assim o âmbito doméstico. O mesmo não acontece quando se indaga o que os homens fazem em casa: todas respondem que eles fazem alguma atividade, mas somente se elas estiverem ausentes.

No desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se observar a participação das mulheres nas feiras de Palmas. Elas atuam no processo de venda dos produtos, mas são os maridos que recebem o dinheiro. Cabe a elas apenas entregar os produtos para os compradores. Quando se indaga “quem compra as coisas para casa”, todas as entrevistadas afirmam que são os maridos, embora enfatizem que é com o “consentimento” delas. Ou seja, mesmo que o espaço doméstico diga respeito às mulheres, as tomadas de decisão ficam a critério dos homens, representando, portanto, uma relação de subordinação entre os gêneros.

Ao se analisarem as falas das mulheres, ficam evidentes as delimitações de diferentes papéis entre os membros familiares e, particularmente, as representações formadoras do lugar ocupado por essas mulheres nas suas narrativas: percebem-se a construção e a reprodução desses papéis vividos e/ou representados por elas.

À guisa de conclusão

É por intermédio das memórias que as mulheres entrevistadas deixam transparecer os papéis de gênero em que elas assumem o que se espera delas. Bourdieu²⁴ lembra como a divisão das atividades atribuídas aos sexos implica uma subordinação de gênero:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior destas, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, feminino.

As falas das mulheres desta pesquisa deixam transparecer os papéis de gênero delas esperados, principalmente no que se refere ao aspecto do trabalho. Elas não consideram trabalho as atividades que fazem fora do âmbito doméstico, principalmente na roça, nas plantações, pois nos papéis de gênero é o homem quem sustenta a casa. Apesar da natureza indispensável das atividades das mulheres na sobrevivência, elas acabam internalizando as condições de invisibilidade como produtoras de valor de troca.

O que se percebe nas falas das mulheres é o reforço do papel de gênero na divisão do trabalho. As atividades das mulheres são divididas entre a casa e a roça. Em casa, elas são responsáveis pelas múltiplas atividades envolvidas na reprodução social – cuidar das crianças, da casa, fazer faxina, lavar roupa, cozinhar; na roça, ocupam-se do cultivo de produtos para a subsistência da família. O trabalho doméstico, para essas mulheres, é percebido como ordem natural das coisas, e o trabalho na roça é visto como de domínio masculino por causa do valor de troca produzido, não havendo, portanto, reconhecimento social no trabalho doméstico.

Nas entrevistas das mulheres, percebe-se claramente a configuração do espaço público como uma dimensão da exclusão baseada na “natureza” feminina, como reflexo da submissão aos papéis que lhes são atribuídos. Restringe-se, assim, seu direito à plena liberdade de atuar com igualdade, mesmo que exerçam todas as atividades consideradas masculinas e mais aquelas destinadas à manutenção doméstica.

Desse modo, perceber através das falas das mulheres os papéis de gênero é percorrer os espaços que elas viam como delas, como a casa, o quintal, bem como as atividades que elas desenvolveram naqueles antigos espaços e que hoje, nas novas moradias, representam vivências. Quando narram algo sobre a vida passada, elas se referem ao evento da formação do lago. Da mesma forma, ao falar do lago, retratam a vivência de um modo de vida diferente do atual e, no bojo dos relatos, o passado não é meramente relatado; ele é avaliado, julgado e construído dentro de esquemas que articulam a condição de vida presente e os anseios dessas mulheres para o futuro. A experiência da formação do lago associou experiências de ordem pessoal e de ordem coletiva, que estiveram sempre presentes, seja de modo consciente ou inconsciente, de forma sutilmente demarcada em seus depoimentos e nas relações que mantêm no espaço social atual.²⁵ Quando se discute o desenvolvimento regional, elas não se sentem incluídas, pois em suas subjetividades de gênero, desenvolvimento é assunto de homens.

Enfim, falar de dimensões de gênero e desenvolvimento regional implica lembrar que um modelo de desenvolvimento que se queira sustentável não poderá nunca se fundamentar na desvalorização das atividades desenvolvidas pelas mulheres. São elas, afinal, que sofrem os maiores impactos quando se colocam em prática esses grandes projetos – imprescindíveis para o desenvolvimento regional – que afetam diretamente a sua rotina doméstica.

Notas

* Doutora em História. Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e do curso de História da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: temis.parente@uol.com.br

¹ Este texto é resultado da pesquisa “Gênero e Memória de Mulheres Reassentadas no município de Porto Nacional – Tocantins”, iniciada em 2009, com financiamento do CNPq.

² A bacia Tocantins-Araguaia tem “vocação regional e estratégica, segundo a política energética nacional para a implanta o de múltiplos empreendimentos de gera o de energia hidrelétrica” *CADERNO REGIONAL da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia*. Brasília, Plano Nacional de Recursos Hídricos/Ministério do Meio Ambiente, 2006.

³ “Rela es de gênero”, aqui, ampara-se na concep o teórica formulada por Scott (1990), como categoria analítica que entende o mundo de mulheres e homens como constru es culturais comuns a ambos. Ver também PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 77-98, 2005. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das rela es de gênero. In: *Revista Brasileira de História*.v. 27, n. 54, pp. 281-300, 2007. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educa o e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 5-22, jul./dez. 1990.

⁴ Não estamos excluindo os homens desse processo. Neste trabalho, escolhemos tratar das narrativas das mulheres por entender que, por elas se dedicarem mais “  paixão das coisas”, como pequenos objetos que vão construindo ao longo de suas vidas, pequenos museus de lembranças cujos instantes privilegiados “podem ser revividos pela rememora o, reencenados como uma peça reapresentada sem cessar” PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 8, ago./set. 1989, contribuirão mais com o objetivo da pesquisa.

⁵ SILVA JÚNIOR, José Maria. *Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento quanto   sua sustentabilidade socioambiental*. 2005. Disserta o (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

⁶ CARVALHO, O.; MEDEIROS, R. Migra es compulsórias, lugar e territorialidade na constru o de hidrelétricas no rio Uruguai. In: *Revista Estudos Amaz nidas: Fronteiras e Terr rios*. v. 1, n. 1, 2009.

⁷ RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produ o e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo, Hucitec, 1998.

⁸ THEMAG. *Relatório de impacto ambiental: avalia o de impactos*. Palmas, 1996.

⁹ A constru o da Usina Luís Eduardo Magalhães  , portanto, considerada um evento, uma vez que os impactos causados pela forma o do reservatório afetaram não são a popula o ribeirinha, mas também todo o sistema ambiental em seu entorno.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In: *Projeto História (História e oralidade)*. São Paulo, n. 22, pp. 9-36, jun. 2001.

¹¹ FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. In: *História Oral*. n. 7, pp. 41-59, jun. 2004.

¹² *Idem*.

¹³ É importante acrescentar que o perfil das mulheres pesquisadas concentrou-se especialmente naquelas que moravam havia mais tempo nas áreas que seriam alagadas.

¹⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.

¹⁵ Todas as entrevistas e as cartas de sessão encontram-se registradas no acervo do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional.

¹⁶ Entrevista realizada no Reassentamento Córrego Prata com Elizangela Santos Teixeira, casada mãe de três filhos, (março de 2008).

¹⁷ ARAÚJO, Rubens Milagre. *Uma retrospectiva da expansão do sistema na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003*. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/>. Acesso em: 10 dezembro de 2009.

¹⁸ JONAS, Eline. Do sufrágio à democracia paritária: o longo caminho para a igualdade no poder. In: *Estudos de Gênero*. Goiânia, n. 12, 2003. (Cadernos de Área).

¹⁹ ARAÚJO, Rubens Milagre. *Uma retrospectiva da expansão do sistema na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003*. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/>. Acesso em: 10 dezembro de 2009.

²⁰ O Movimento de Mulheres, mesmo sem se considerar feminista, divulga os direitos que cabem a elas.

²¹ ZITZKE, V. A. *A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

²² Entrevista realizada no Reassentamento Córrego Prata, com dona Maria da Paz, casada, mãe de três filhos, em 17 março de 2008.

²³ O projeto de fruticultura São João prevê um sistema de irrigação para 70 agricultores familiares impactados com a formação do lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Esse sistema deve permitir o cultivo de frutas e hortaliças.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1999. Página 18.

²⁵ RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo, Hucitec, 1998.

Data de envio: 30/07/2012

Data de aceite: 26/09/2012